

OS TEMPOS DO MUNDO DE GUERRAS E CATÁSTROFES

FICHA TÉCNICA

Título: Os Tempos do Mundo de Guerras e Catástrofes

Autores: Conselho Editorial da APV (Amélia Muendane, Vasco Banze, Verónica Gonçalves, Lisboa Machavane, Torres Charles, Gaspar Sitefane, Domingos Bihale, Henriques Marcelino, Vasco Chemane e Olga Jamisse).

Coordenação: Direcção Científica da APV

Publicação: APV

Propriedade: APV

Design da Capa: Direcção Técnica da APV

Revisão: Conselho Editorial

Tiragem: 100 Exemplares

Número de Registo: 108663/RLINICC/2022

Endereço: Rua da Resistência Nº399.

Arranjo Gráfico: APV

Impressão: Universidade Eduardo Mondlane – UEM

Maputo – Moçambique

Todos os direitos reservados. Está proibida a reprodução, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, deste Boletim Informativo, sem prévia autorização da Academia de Pesquisa Virtual

Os TEMPOS DO MUNDO DE GUERRAS E CATÁSTROFES

APRESENTAÇÃO

O Boletim Informativo da Academia de Pesquisa Virtual (APV) em titulado, “os Tempos do Mundo de Guerras e Catástrofes”, tem como objectivo manter o estimado leitor informado sobre os acontecimentos, que marcam o panorama nacional e internacional. A APV é uma rede global de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, com a missão de assegurar a conectividade global, através da pesquisa e investigação científica. Para melhor prossecução da sua missão, a APV possui um canal de televisão, rádio e o Centro Africano de Conhecimento, Estudos e Pesquisas (CACEP), onde são divulgados conteúdos de fórum académico e científico.

A APV possui, igualmente, um espaço para disseminar trabalhos de fim de curso, designadamente monografia, dissertações e teses, cujo objectivo é tornar o conhecimento mais acessível, valorizando e internacionalizando os trabalhos de pesquisa de estudantes universitários e pesquisadores africanos, mas não só. Ainda no âmbito das publicações, a APV possui uma revista científica e um boletim informativo trimestrais onde são publicados artigos científicos de pesquisadores e estudantes nacionais e internacionais. A Academia estabelece parcerias, com as instituições de ensino superior públicas e privadas, nacionais e internacionais, cuja meta é melhorar a pontuação de Moçambique e África no *ranking* de pesquisas globais.

A 1ª edição do Boletim Informativo, apresenta três temas de interesse público e académico. O primeiro versa sobre a guerra russa-ucraniana onde se procura analisar as diferentes narrativas, que paradoxais e com efeitos dispares, provocam o disfuncionamento do sistema internacional. O segundo tema procura compreender as razões que determinaram o posicionamento de Moçambique face à Resolução da Assembleia

Geral das Nações Unidas, que condena a invasão russa na Ucrânia. O terceiro e último tema, analisa as políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas no Sul Global, especificamente às intempéries, que nos últimos anos, têm fustigado Moçambique e Brasil, com maior enfoque para ciclones entre extremos e moderados (IDAI, KENNETH, CHALENE, ELOISE, DUMAKO e GOMBE), e chuvas fortes que provocaram deslizamentos de terra no município de Petrópolis, no Rio de Janeiro e verão que provou a maior seca dos últimos 70 anos no Rio Grande do Sul.

A relevância destes temas justifica a sua adopção, no Boletim Informativo, como instrumento de referência na análise e compreensão de factores estruturais e conjunturais, que impactam o sistema internacional. O Boletim é indispensável para os cidadãos, em geral, e, em particular para os formuladores de políticas públicas e profissionais da área académica, nomeadamente docentes, pesquisadores e estudantes de campo de política internacional.

GUERRA RUSSA-UCRANIANA: NARRATIVAS E PERSPECTIVAS

Depois de “manobras cirúrgicas” de tropas russas ao longo da fronteira entre os dois países, simulação de exercícios militares na Bielorrússia e reconhecimento da independência das Repúblicas de Donetsk e Luhansk¹, a Rússia invadiu a Ucrânia, na madrugada do passado dia 24 de Fevereiro de 2022, desencadeando o que designa OPERAÇÃO MILITAR ESPECIAL. A interpretação e explicação desta operação gera várias narrativas, de entre tantas, destacam-se, neste ensaio, a narrativa nacionalista-russófila, “provocação da NATO” e a narrativa de tendência economicista.

Narrativa nacionalista-russófila: enquadram-se, nesta narrativa, os antecedentes, que levaram aos acordos de Minsk I e II, assinados entre Kiev e Moscovo em 2014 e 2015 para pôr fim ao conflito com separatistas ucranianos apoiados pela Rússia, acordos, que hoje, Vladimir Putin, os considera inexistentes. Enquadra-se ainda, neste contexto, a intensificação, desde 2018, de acções de guerra cibernética, ciber-inteligência e ciber-espionagem entre os dois países. Todavia, o ponto forte desta narrativa é o irredentismo, que se materializaria pelo retorno às fronteiras da antiga União Soviética. De facto, desde o colapso da URSS, a Ucrânia é um país dividido. O lado oriental está mais ligado à Rússia, incluindo a própria língua. Portanto, o irredentismo e a “legítima recuperação” dos redutos da antiga influência soviética, tal como explica Post (2022), é a narrativa predominante na visão dos nacionalista-russófilas.

Narrativa da provocação da NATO: os analistas que comungam desta narrativa se socorrem da perspectiva do realismo político, com o argumento de que a OPERAÇÃO MILITAR ESPECIAL russa em curso na Ucrânia é uma reacção à ameaça geopolítica

e geoestratégia, representada pela NATO, que em vagas sucessivas, aproximou-se das suas fronteiras. De acordo com Santos (2022) a expansão da NATO para leste, contra o que tinha sido acordado com Gorbatchov em 1990, é a peça-chave da provocação. Evidentemente, com a queda do Muro de Berlim em 1989, a questão da Alemanha, se faria parte do PACTO VARSÓVIA ou membro da NATO, foi objecto da discussão entre as duas superpotências da época, EUA e URSS.

Em 1990, o presidente norte americano, George W. Bush, apresentou uma proposta segundo a qual, se a Alemanha fosse aceite como novo membro da NATO, então a NATO deixaria de expandir e aceitar novos membros para sua organização. Esta proposta foi aceite pelo então presidente da URSS, Mikhail Gorbachev. O PACTO VARSÓVIA deixou de existir em 1991 e a União Soviética colapsou. Contudo, os Estados Unidos, não respeitaram o acordo de 1990, a NATO continuou a expandir e aceitar novos membros. Membros que na outrora faziam parte da União Soviética passaram a serem membros da NATO.

De facto, em 1999, a lista dos membros da NATO cresceu significativamente, abarcando a Grécia, Turquia, Espanha, Alemanha, República Checa, Polónia e a Hungria. Repare que estes três últimos, eram membros da URSS. Em 2009, a NATO continuou com a sua expansão e aceitou a Bulgária, Estónia, Lituânia, Letónia, Roménia, Croácia, Eslováquia, Eslovénia e Albânia. Mais uma vez, países que pertenciam à URSS agora são membros da NATO. Em 2020, a NATO aceitou o Monte Negro e a Macedónia do Norte. E mais recentemente, em 2021, a NATO considerava aceitar como membros a Bósnia Hezergovina, a Geórgia e a Ucrânia.

¹ A independência das Repúblicas de Donetsk e Luhansk serviu para legitimar a acção militar com o argumento da existência de acordo de cooperação/assistência militar com as duas “Repúblicas.

As críticas sobre a expansão desenfreada da NATO vieram de vários cantos do planeta. Em 2007, na Conferência de Segurança, que teve lugar em Munique, Vladimir Putin, avisou que “a expansão da NATO era uma provocação grave à Rússia e reduziria os níveis de confiança mútua”². Mas não só, também vieram de pessoas influentes dos Estados Unidos da América. Segundo Secretário de Segurança nas Administrações de Bush e Obama, “tentar fazer da Georgia e da Ucrânia membros da NATO foi de facto um caso de ignorar irresponsavelmente aquilo, que os russos consideram os seus próprios interesses vitais”³. O então Director da CIA, disse também, que “a entrada da Ucrânia para a NATO é a mais vermelha das linhas para a elite russa”⁴. Em fim, vários avisos foram dados, mas todos ignorados.

Neste contexto, a OPERAÇÃO MILITAR ESPECIAL, com consequências de escala planetária, visa na óptica desta narrativa, desmilitarizar, desnuclearizar, desnazificar e impedir a adesão da Ucrânia à NATO.

Narrativa economicista: o pivot desta narrativa é a economia russa, que outorga ao país um lugar modesto⁵ na economia global, mercê da sua extensão territorial e dotação de recursos naturais (gás natural⁶, petróleo⁷, urânio, e outras *commodities*) e das

indústrias militar e aeroespacial. Uma análise comparada, referente aos últimos cinco anos com dados disponíveis⁸ (2016-2020), revela que o PIB russo registou uma média anual de 1.412 milhões de USD⁹, correspondentes a uma média anual de 1,7% do PIB¹⁰, uma média anual de 27,4% de exportações, e 20,8% de importações, ambas relativamente ao seu PIB, enquanto a economia do seu principal rival, EUA¹¹ registou uma média anual de 19.271 milhões de USD, correspondentes a uma média anual de 23,7% do PIB mundial, uma média anual de 11,7% de exportações, e 14,5% de importações, ambas relativamente ao seu PIB.

Atendendo à tradicional dicotomia economia *versus* segurança, a Rússia precisa de mercados para monetizar os seus recursos naturais e dessa monetização obter meios financeiros necessários para construir e manter uma máquina político-militar proporcional à sua extensão territorial e à riqueza do seu solo e subsolo. Essa máquina seria destinada, primeiro para defesa desses mesmos recursos e segundo para viabilizar os objectivos associados às duas narrativas anteriores. As abordagens de Katusa (2015) e Veloso (2022), segundo as quais, quanto mais economicamente desenvolvido, mais fortes e poderosas são as suas forças de defesa e segurança”, enquadram-se nesta narrativa.

² Conferência de Segurança em Munique, 2007

³ George Gates, 2008

⁴ William Burnes, 2008.

⁵ Integra por isso o grupo das chamadas economias emergentes (África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia).

⁶ Katusa (2015) coloca-o como detentor das maiores reservas provadas de gás natural, com mais de 1.600 triliões de pés cúbicos.

⁷ Katusa (2015) chama-o de “gigante petrolífero”, pois segundo dados de 2014, produzia acima de 10 milhões de barris/dia, colocando-o na posição de maior produtor mundial.

⁸ Dados obtidos em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>; acesso aos 24/03/2022.

⁹ Dólares contantes de 2015.

¹⁰ Produto Mundial Bruto

¹¹A comparação entre as duas economias pretende se enquadrar na lógica de que esta guerra é uma confrontação indirecta entre as duas potências.

Perspectivas

As démarches diplomáticas não evitaram a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o que levou Santos (2022) a concluir que “os líderes europeus não estavam nem estão à altura da situação que vivemos”. Ficarão na história como as lideranças medíocres, que a Europa conheceu desde o fim da II GM. Face a esta inevitabilidade da guerra, a preocupação agora é encontrar uma saída para um cessar-fogo. Entretanto, o avanço para o cessar-fogo, tem muito a ver com a avaliação que cada uma das partes faz, relativamente aos objectivos geopolíticos e geoeconómicos perseguidos. Neste contexto, as perspectivas de cessação de hostilidades podem ser vistas em duas dimensões: a duração da guerra e o seu impacto sobre a economia.

Relativamente à primeira dimensão, a questão é saber se a guerra será curta ou longa. Dada a dificuldade de acesso à informação credível sobre os avanços e recuos dos contendores, tendo em conta o grau da mediatização da guerra é arriscado vaticinar. De facto, é uma guerra também travada do outro lado da mídia.

Apesar do reconhecimento da capacidade bélica da Rússia, a Ucrânia conta com uma rede de apoios financeiros e equipamento militar dos países membros da NATO e da União Europeia. Estes apoios não só criam dificuldade do exército russo em abrir novas frentes, mas também internacionalizam o conflito, aliás a narrativa da “provocação da NATO”, assume ser guerra entre a Rússia e a NATO, sendo a Ucrânia apenas vítima das circunstâncias. Os apoios da NATO e da União Europeia apresentam benefícios, mas também risco para a Ucrânia. Representam

benefício na medida em que aumentam a confiança e a capacidade da resistência das forças ucranianas, mas ao mesmo tempo prolongam a duração do conflito, elevando exponencialmente a violência e destruição da Ucrânia.

Na dimensão económica, a questão que se coloca é se a economia russa é suficientemente robusta para continuar a financiar a guerra e ao mesmo tempo resiliente às sanções económicas impostas pelos Estados Unidos da América e União Europeia. Por arrasto, as sanções precipitaram a saída das multinacionais sediadas na Rússia em nome da solidariedade com a Ucrânia ou em nome do cumprimento das sanções impostas pelos seus países de origem. No entanto, nota-se a desvalorização do impacto das sanções pelo Moscovo, com argumento do efeito *boomerang*¹² das mesmas sobre as economias europeias em escala menor e sobre a economia global em escala maior. Pelo facto da Rússia estar entre os três maiores exportadores mundiais de trigo, milho, sementes de girassol, maior exportador mundial de fertilizantes nitrogenados e o segundo maior exportador de fertilizantes potássicos e fosforosos, sem mencionar a dependência energética de Bruxelas em relação ao petróleo e gás natural, justifica a tal desvalorização do Moscovo.

¹²Contudo existe o risco de ser atingida a agricultura de países terceiros (principalmente da África Subsaariana), devido a reduzidas alternativas de fornecimentos de fertilizantes. O potencial de risco compreende ainda o espectro da fome nos países dependentes dos importadores do trigo russo e ucraniano, ambos tidos como maiores produtores mundiais.

Importa notar que logo na primeira vaga de sanções, a moeda russa (o rublo) se desvalorizou em cerca de 30% face ao dólar¹³, facto que levou Ministro das Finanças¹⁴ a afirmar que o país iria honrar os seus compromissos da dívida em rublos. Nestes termos, há que considerar (i) o surto inflacionário em decorrência da desvalorização do rublo¹⁵ e (ii) a redução das importações e exportações (desemprego associado). A possível retracção da economia russa desencadearia a médio e

longo prazos um ambiente de crispação política entre governantes e governados. Nesta óptica, importa que o conflito seja de curta duração. Seja qual for o cenário, o facto é que as sanções têm impacto significativo sobre a economia russa, o que significa que caso as contra-sanções adoptadas não produzam resultados desejados, a capacidade de financiar a guerra reduzirá significativamente eliminando, assim, a possibilidade de a guerra se prolongar por muito tempo.

POSICIONAMENTO DE MOÇAMBIQUE FACE ÀS SANÇÕES CONTRA RÚSSIA

A invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de Fevereiro de 2022, trouxe, à tona, uma nova configuração no posicionamento dos Estados no xadrez da política internacional, pós Guerra Fria. A 2 de Março de 2022, foi aprovada uma Resolução em sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas condenando a invasão russa na Ucrânia. O documento teve o voto favorável de 141 Estados membros, 34 abstenções, incluindo Moçambique, 12 ausências e 5 votos contra a condenação¹⁶. A maior parte dos Estados, que não votou contra Putin se localiza na África e na Ásia. Neste contexto, procura-se analisar os factores, que determinaram a neutralidade de Moçambique face à Resolução das Nações Unidas, que condena a invasão russa na

Ucrânia.

Há várias correntes que concorrem para explicar a neutralidade de alguns Estados sul-global, incluindo Moçambique, face às sanções contra Rússia. De entre tantas, destaca-se a corrente reducionista, segundo a qual as forças internas são determinantes para produzir resultados no âmbito externo (WALTZ, 1979). Em outras palavras, o sul-global não tem capacidades para conduzir a política externa. Entretanto, evidências revelam, que com maior ou menor impacto para o sistema internacional, as pequenas potências projectam as suas políticas externas, além fronteiras.

¹³Derrapagem entretanto ligeiramente recuperada graças a manobras encetadas pelo banco central russo, que forçam pagamentos das facturas das exportações russas em rublos, uma postura em certa medida alinhada com o décimo princípio da visão de Putin, mormente a subversão do sistema petrodólar.

¹⁴Citado pela televisão Euronews, a 15/03/2022.

¹⁵Neste aspecto as informações igualmente são contraditórias: O texto de Santos (2022), indica que há muito a Rússia vinha se preparando para a guerra, tendo acumulado imensas reservas de ouro nos últimos anos e a prioridade dada à parceria estratégica com a China, nomeadamente no plano financeiro, com vista à fusão bancária e à criação de uma nova moeda internacional. Algo deve ter escapado nesta estratégia, pois algumas reservas continuavam em bancos europeus, e não em bancos asiáticos, o que possibilitou que, conforme anunciado a 22/03/2022, a França tenha cativado cerca de 24 mil milhões de euros de activos do banco central russo, e 800 milhões de euros de oligarcas próximos do poder russo.

¹⁶Martha Kiiza Bakwesegha-Osula, Why Africa is divided over the Russia-Ukraine War, International Politics and Society Journal, <https://www.ips-journal.eu/topics/foreign-and-security-policy/africa-is-divided-on-the-russia-ukraine-war-5790/>, publicada a 16 de março de 2022.

Em 1976, Moçambique aplicou na íntegra o pacote das sanções das Nações Unidas contra o regime ilegal de Iam Smith da Rodésia do sul, cuja factura das consequências pagou sozinho¹⁷. Em 1977, no III Congresso da FRELIMO, Moçambique assumiu constitucionalmente como linhas fundamentais da sua política externa, a aliança natural com os países socialistas, o apoio solidário a luta dos povos pela libertação, a luta contra o colonialismo, neocolonialismo e imperialismo, a luta pela paz e o desarmamento geral e universal. Um posicionamento que também custou caro para o Estado Moçambicano, porque conforme explica Abrahmsson e Nilsson (1998), o racismo branco representado pelo regime de Smith na Rodésia do Sul e o sistema de *apartheid* na África do Sul, desencadearam um conjunto de sabotagem ao país, incluindo incursões militares, através da RENAMO.

No contexto regional, Moçambique foi uma pequena potência, sem capacidade de manter a sua própria segurança, mas ainda sim, destacou-se pela liderança regional contra a colonização e o *apartheid*. Influenciou o cenário regional com engajamento notável, apoiando as lutas dos movimentos nacionalistas de países vizinhos, assumindo postura proactiva, na fundação da Linha da Frente¹⁸ e da SADCC¹⁹, que mais tarde se fundiram e deram origem a SADC. A nível internacional, Moçambique destacou-se pelo internacionalismo, activismo e solidariedade, buscando sempre que possível a simpatia tanto ocidental como oriental. Estas acções demonstram a capacidade de cooperação regional e internacional, através da *performance soft power*, que alguns académicos rotulam-na *camaleónica*.

¹⁷A África do Sul do regime de apartheid, subsidiou os países da região para não usar os portos de Moçambique, reduzindo assim as divisas de Moçambique.

¹⁸O ambiente de confrontação ideológica e militar na região de África Austral, obrigou os recém Estados independentes e Movimentos de Libertação então existentes, nomeadamente Angola, Botswana, Moçambique, Tânzania, e Zâmbia, juntamente com movimentos de libertação da região, a SWAPO da Namíbia e ANC da África do Sul, a construir um fórum informal – Linha da Frente.

¹⁹A SADCC foi construída em 1980 em Lusaka, capital da Zâmbia e era composta por nove Estados Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Lesotho, Tânzania, Suazilândia (actual Eswatini), Zâmbia e Zimbabwe. A SADCC tinha como objectivo, reduzir a dependência económica em relação a África do Sul, bem como provendo a confiança colectiva dos Estados membros.

Estes factos entre outros, anulam a narrativa reducionista de Relações Internacionais, que enfatiza a política externa das grandes potências em detrimento das políticas externas das pequenas potências. Assim, a abstenção de alguns Estados do sul-global, incluindo Moçambique face às sanções aplicadas contra Rússia, não pode, de alguma forma, ser associada a esta corrente de pensamento, uma visão puramente realista na perspectiva clássica de relações internacionais.

Assim, afastada a possibilidade de analisar o posicionamento de Moçambique face às sanções contra a Rússia nos termos da hermenéutica reducionista, urge analisá-lo com base em laços históricos entre Moçambique e a Rússia. Historicamente, as relações entre Moçambique e a Rússia remontam há mais de 50 anos. Durante a Guerra Fria, a política externa da Rússia, consagrava o espírito de solidariedade e apoio aos movimentos de libertação nacional e ao progresso social, na base do princípio de internacionalismo socialista. Dentro destes princípios, a Rússia enquanto União Soviética, desempenhou um papel importante durante a descolonização de muitos países africanos, incluindo Moçambique, fornecendo equipamentos, armamentos e apoio técnico sem condicionalidades (SHUBIN, 2008).

Após a independência da maioria dos países africanos e de Moçambique em particular, o apoio da União Soviética não cessou. Conforme se nota no quadro a seguir, Moçambique independente firmou um conjunto de

acordos bilaterais de cooperação com a Rússia, nos domínios económico, político, militar e de segurança. Na área de comércio, por exemplo, Moçambique tinha como principais importações da Rússia, as máquinas agrícolas,

industriais, automóveis, navios de dragagens e os equipamentos de rádio e telecomunicações e as exportações de Moçambique baseavam-se em produtos agrícolas (CEEI, 2017).

Quadro: Acordos entre Moçambique e URSS (1976-1986)

ACORDOS ENTRE MOÇAMBIQUE E RÚSSIA ENTRE 1976 E 1986	
DATAS	ACORDOS
12 de Fevereiro de 1976	Acordo para Cooperação Técnica e Económica
12 de Fevereiro de 1976	Protocolo para Cooperação Técnica e Económica
12 de Fevereiro de 1976	Acordo para Cooperação no domínio das Pescas
12 de Fevereiro de 1976	Acordo sobre Marinha Mercante
12 de Fevereiro de 1976	Acordo Comercial
12 de Fevereiro de 1976	Acordo sobre Serviços aéreos
19 de Maio de 1976	Acordo para Cooperação Cultural e Científica
31 de Março de 1977	Acordo de Cooperação e Amizade para 20 anos
Abril a Julho de 1977	Acordo de Troca de notas e envio de especialistas soviéticos para Moçambique
28 de Novembro de 1977	Acordo de troca de notas para a pesca na zona territorial moçambicana
02 de Janeiro de 1978	Protocolo entre URSS, Moç. e Bulgária para a utilização da água e recursos de solo na bacia do rio limpopo
27 de Março de 1978	Assinatura de Contrato para Assitência soviética a Moç. para execução de pesquisas geológicas
21 de Março de 1979	Protocolo sobre cooperação cultural e científica para o ano 1979-1980
03 de Julho de 1979	Protocolo adicional ao acordo de cooperação técnica e económica de 12 de Fevereiro de 1976
09 de Abril de 1979	Protocolo adicional ao acordo de cooperação técnica e económica de 12 de Fevereiro de 1976
18 de Novembro de 1980	Acordo de cooperação entre o PCUS e a Frelimo
19 de Novembro de 1980	Acordo de expansão e intensificação de cooperação entre os dois países
30 de Março de 1986	Acordo de Defesa entre URSS e Moçambique

Fonte: Adaptado pelos autores com base em dados do CEEI, 2017.

Conforme ilustra o quadro, a presença russa na reconstrução de um país, que foi colonizado há mais de 500 anos, por aqueles, que hoje devolvem a riqueza nacional, em forma de donativos e empréstimos, com contrapartidas graves para a sustentabilidade do Estado, tem um significado endelève nas memórias do povo moçambicano. As relações russa-moçambicanas simbolizam um valor inegociável. Neste contexto, a história joga um papel importante para o posicionamento de Moçambique face às sanções contra a Rússia.

Ademais, a abstenção de maior parte dos Estados localizados na África e na Ásia está enraizada no espírito da Conferência de Bandung dos países afro-asiáticos, realizada na

Indonésia, em 1955, face o confronto ideológico entre as duas superpotências da época. Os países afro-asiáticos procuraram, através do princípio de neutralidade, estabelecer equilíbrio entre Moscovo e Washington. Esta iniciativa de não envolvimento dos países afro-asiáticos, no teatro das operações da Guerra Fria, contou com o apoio do próprio Moscovo, aliás a União Soviética tornou-se bastião da luta contra o colonialismo – iniciativa que obrigou a Assembleia Geral das Nações Unidas, a adoptar a Declaração sobre a Concessão de independência aos países e povos colonizados, em 1960 (CEEI, 2017).

Outro elemento, também de relevo, que determinou o posicionamento de Moçambique funda-se nos princípios da sua política externa, consagrados na Constituição da República:

“Estabelecimento de relações de amizade e cooperação com outros Estados na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios. Observância e aplicação dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana. Prosseguimento de uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa. Defesa e primazia da solução negocial dos conflitos” (CR, Art. 17 a 22).

Com base nesses princípios Moçambique sempre evitara tomar partido nos conflitos.

Foi, assim, no conflito sino-soviético²⁰. Com esta estratégia, de neutralidade, Moçambique recebera o apoio político e material tanto da China quanto da maioria dos países do Leste, incluindo a própria URSS.

Em suma, se o padrão de votação da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas para condenar a agressão russa é qualquer coisa a seguir, os Estados africanos estão mergulhados nas falhas coloniais e neocoloniais, que definem as suas políticas e relações externas com o resto do mundo. Enquanto Washington, Pequim, Paris, Berlim, Londres, Moscovo e outros lutam para assegurar os seus interesses expansionistas e económicos, o sul-global e África em particular, encontram-se cada vez mais numa zona cinzenta e desconfortável, propondo-se, assim, que à semelhança de Moçambique, os governos dos Estados africanos tenham um pé no Leste e outro no Ocidente.

ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SUL-GLOBAL: MOÇAMBIQUE E BRASIL

Na última década, eventos climáticos extremos vem se tornando mais frequentes, impactando ecossistemas e populações diversas em todo o planeta. Alagamentos, deslizamentos e enchentes provocados por fortes tempestades; períodos de estiagem mais severa e duradoura, queimadas e incêndios; ciclones, tornados, raios - todos exemplos de ocorrências climáticas e meteorológicas intensificadas pelas mudanças climáticas, que acarretam deslocamentos forçados e alterações do modo de vida. As áreas com altitude abaixo do actual nível das águas do mar são condicionantes que se associam à fragilidade das infra-estruturas, do investimento em tecnologias avançadas, do sistema de saúde, da educação e do saneamento.

Brasil e Moçambique, com características geográficas e económicas distintas, possuem em comum um desafio: construir e fortalecer mecanismos de adaptação às mudanças climáticas.

Moçambique, banhado pelo Oceano Índico, com uma linha de costa de cerca de 2.700 km, é propenso à ocorrência de desastres naturais, sendo o terceiro país africano mais afectado por desastres relacionados ao clima, o que torna a população mais vulnerável, pois grande parte tem agricultura e pecuária como principais fontes de renda e cerca de 60% desta vive ao longo da costa mais exposta a ciclones, tempestades, cheias e secas²¹.

²⁰A amizade entre a China e a Rússia tem limites, The Economist, <https://www.economist.com/china/china-friendship-with-russia-has-boundaries-despite-what-their-leaders-say/21808197>, publicada a 18 de março de 2022

²¹MACHAVANE, Lisboa Augusto. Limites de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique: uma análise da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Porto Alegre: UFRGS, 2021

De 2019 para cá, ocorreram seis ciclones entre extremos e moderados (IDAI, KENNETH, CHALENE, ELOISE, DUMAKO e GOMBE) que provocaram aproximadamente 700 mortos, danos infra-estruturais calculados em 3 bilhões de dólares americanos²². Estes provocaram perdas de vidas humanas, deslocamentos de milhares de populações, perda de culturas, animais domésticos, fauna bravia, destruição de infra-estruturas sociais e económicas nas províncias de norte de Moçambique. Além dos ciclones, Moçambique tem vindo a ser assolado de secas na zona sul e cheias constantes nas zonas centro e norte que têm resultado em destruição de infra-estruturas (escolas, hospitais, estradas, pontes, habitação, edifícios públicos e privados e o aumento de erosão com o aumento dos caudais dos rios, etc.).

No Brasil, apenas nos três primeiros meses de 2022, fortes chuvas provocaram deslizamentos de terra no município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, causando a morte de mais de 200 pessoas, e deixando centenas de famílias desabrigadas. Trata-se do maior volume de chuvas em 24 horas registado na história do município²³. No Rio Grande do Sul, o verão de 2021-2022 registou a maior seca dos últimos 70 anos, com ondas de calor extremo impactando o ecossistema e a saúde da população²⁴. Esses são apenas dois exemplos entre tantos experimentados em todas as regiões do Brasil no último período²⁵.

Mais severos, mais frequentes e cada vez mais próximos, tais eventos climáticos demandam um debate social profundo acerca das causas e consequências das mudanças climáticas, e sobre as medidas de adaptação

possíveis e necessárias para minorar os seus efeitos, em especial para as populações mais vulneráveis.

Quando falamos de ações para responder às mudanças climáticas, estamos a chamar atenção a duas categorias fundamentais: mitigação e adaptação ou seja, estamos a falar de prevenir os futuros impactos, estamos a comprometer no sentido do que fazer para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, do que fazer para reduzir a poluição, de que políticas temos que desenvolver para reduzir fenómenos impactantes; mas ao mesmo tempo, estamos a reconhecer que as mudanças climáticas estão aí, vieram para ficar e precisamos nos preparar para conviver com elas.

Nesse contexto, para além de reduzir emissões de gases do efeito estufa - que vem sendo o foco nas negociações internacionais do clima, lideradas pelos países do Norte-global-, é fundamental tratar das ações de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, que serão sentidos de maneira mais profunda pelas populações mais pobres localizadas no Sul-Global.

De acordo com a segunda parte do “Sexto Relatório de Avaliação do IPCC: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade”, quem mais vai sentir os efeitos das mudanças climáticas são as pessoas e os ecossistemas com menor capacidade de construir e financiar estratégias e políticas de adaptação²⁶. Temos, portanto, uma discrepância entre os principais responsáveis pela emissão dos gases do efeito estufa causadores das mudanças climáticas - populações

²²Instituto Nacional de Gestão de Desastres, 2022.

²³<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/para-especialistas-tragedia-em-petropolis-e-a-ponta-do-iceberg-de-mudancas-climaticas/>

²⁴<https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/159-noticias/entrevistas/616598-ignorando-o-novo-regime-climatico-rs-quer-enfrentar-estiagem-historica-apenas-abrindo-acudes-e-pocos-entrevista-especial-com-paulo-brack>

²⁵<https://oeco.org.br/reportagens/brasil-registra-recorde-de-extremos-de-chuva-no-inicio-do-verao/>

²⁶https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_SummaryForPolicymakers.pdf

ricas dos países do Norte global -, e os mais afectados, impactados pelas mudanças climáticas - populações pobres da América Latina, da África e da Ásia. Em síntese: políticas de adaptação, em sua maioria, envolvem custos que esses países não dispõem ou não priorizam.

Nesse sentido, é ilustrativo o resultado da última Conferência das Partes da Convenção

Políticas de adaptação às mudanças climáticas

Brasil e Moçambique, ainda que com diferenças significativas nas suas trajetórias de emissões e de contribuição para as mudanças climáticas (sendo o Brasil um emissor significativo se considerada a mudança de uso da terra), são ambos fortemente vulneráveis aos eventos climáticos extremos, e embora possuam políticas climáticas, suas instituições, agentes e sociedades ainda não internalizaram a temática da adaptação com a urgência e centralidade necessária.

A Política Nacional de Mudanças Climáticas moçambicana defende que “a prioridade nacional é a adaptação e redução de riscos climáticos e assume o compromisso de promover um desenvolvimento integrado e resiliente às mudanças climáticas e reduzir a vulnerabilidade das pessoas e comunidade”²⁸. Exemplos de acções: montagens de estações meteorológicas em mais distritos das províncias do norte considerados pontos estratégicos, fomento de agricultura mecanizada, redução de vulnerabilidade das pessoas aos vectores de transmissão de doenças associadas às mudanças climáticas.

das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-26, que ocorreu em Glasgow, na Escócia, quando, mais uma vez, os países ricos postergaram a adopção de medidas de financiamento à adaptação²⁷, adiando o debate para a COP-27.

No Brasil, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), elaborado em 2016 a partir do envolvimento de diferentes actores sociais, objectiva reduzir a vulnerabilidade do país à mudança do clima, bem como criar estratégias de gestão de risco relacionado a eventos climáticos extremos. Entre as estratégias de adaptação, está a de “identificação da exposição do país a impactos actuais e futuros com base em projecções de clima, a identificação e análise da vulnerabilidade a esses possíveis impactos e a definição de acções e diretrizes que promovam a adaptação voltadas para cada sector”²⁹.

Em síntese, há nos dois países as bases formais para tratar do tema, sendo necessário aprofundar o envolvimento de diferentes actores sociais com a temática, e enfrentar o desafio de se imaginar um projecto de desenvolvimento que responda às demandas sociais, sem reproduzir os passos que levaram a um projecto de bem estar social restrito a uma pequena parcela da população global, com socialização dos prejuízos ambientais e sociais.

²⁷<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59257035>

<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2021/11/cop26-recursos-para-adaptacao-climatica-precisam-aumentar/>

²⁸<https://www.cgcmc.gov.mz/attachments/article/194/Estrategia%20Nacional%20de%20Adaptacao%20e%20Mitigacao%20das%20Mudancas%20%20Climaticas%20versao%20final.pdf>

²⁹ <https://antigo.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao.html>

Agenda política e de pesquisa

Diante desse contexto, elencamos duas das tarefas envolvidas nessa importante agenda política e de pesquisa, que precisa ser aprofundada e difundida nos esforços acadêmicos em ambos os países:

A primeira é a de envolver as comunidades locais na definição das estratégias e ações de adaptação, tendo em conta que estas têm conhecimento sobre a proteção ambiental transmitido de gerações e que deve ser valorizado, acrescentando o que as

diferentes tecnologias podem fazer.

A segunda é a de, além de mantermo-nos alinhados à demanda para que países do Norte financiem os países e regiões mais vulneráveis, para implementar as políticas de adaptação; busquemos construir soluções e alternativas a partir da realidade local, valorizando as diferentes formas de convívio com o ambiente das comunidades e povos tradicionais. Que delas venham as diretrizes para uma transição de modelo mais responsável com o planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja qual for a narrativa, que se constrói em torno da invasão da Ucrânia pela Rússia, a verdade é que as consequências têm efeitos negativos nas fortunas socioeconômicas e políticas do nosso *habitat* comum, o planeta Terra. A economia global está totalmente interligada por comércio, turismo, tecnologias digitais, etc. Por isso, tanto a guerra como as sanções reduzem o volume do comércio global, o que provoca pressões inflacionistas, perturba as cadeias de abastecimento e, em última análise, reduz os fluxos comerciais, com implicações directas para os fluxos de financiamento a projectos nacionais de vários países do sul-global, incluindo Moçambique. Portanto, as sanções, as abstenções e o silêncio não se configuram resposta adequada para a guerra russa-ucraniana.

Relativamente à adaptação das mudanças climáticas no Sul-Global, ficou evidente a necessidade de aprofundar o envolvimento das comunidades locais na definição das estratégias e ações de adaptação, tendo em conta o conhecimento que essas comunidades têm sobre a proteção ambiental transmitido de gerações em gerações, acrescentando o que as diferentes tecnologias podem fazer. Ficou também evidente que para implementar as políticas de adaptação, que se busque construir soluções e alternativas

a partir da realidade local, valorizando as diferentes formas de convívio com o ambiente, sem esperar da vontade daqueles, que mais responsáveis são em relação às emissões de gases com efeito estufa.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, HANS e NILSSON, ANDERS. Moçambique em Transição: Um Estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. 1ª edição CEEI-ISRI, 1994.
- CEEI. Da Solidariedade ao Pragmatismo: Desafios e Perspectivas para Moçambique na Sua Relação com A Rússia. Policy Paper, 3ª edição, Maputo, 2017.
- KATUSA, MARIN. THE COLDER WAR _ How the Global Energy Trade Slipped from America's Grasp. John Wiley & Sons, Inc, Hoboken, New Jersey, 2015.
- POAST, PAUL. GUERRA NA UCRÂNIA _ Conflito pode representar início da 3ª Guerra Mundial. Jornal Notícias, Maputo, 28 mar. 2022. Disponível em www.jornalnoticias.co.mz. Acesso em: 28 mar. 2022
- SANTOS, BOAVENTURA SOUSA. A guerra na Ucrânia e a deriva da Europa. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/a-guerra-na-ucrania-e-a-deriva-da-europa/>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- SHUBIN, V. (2008) The USSR and the Southern Africa During the Cold War, Institute of African Studies: Russian Academy of Science, Occasional Paper No 1.
- VELOSO, JACINTO. A confrontação global, os interesses económicos e os dispositivos de defesa e segurança no teatro operacional de Ucrânia _ Papel das forças de defesa e segurança. Jornal Savana, Maputo, 25 fev. 2022. Disponível em www.savana.co.mz. Acesso em: 25 fev. 2022.
- WALTZ, KENNETH. Theory of International Politics. New York, 1979